

RUMOS DA SEMIÓTICA

Diana Luz Pessoa de Barros*

Resumo: Neste artigo, apresentam-se alguns dos rumos empreendidos atualmente pela semiótica discursiva francesa, em relação tanto à teoria e à metodologia quanto aos objetos e finalidades dos estudos semióticos, para mostrar que a semiótica discursiva francesa tem sofrido alterações e mudanças, mas mantido o rumo. Analisam-se, também, em uma das direções apontadas, capas de revistas semanais brasileiras que tratam do tema da pobreza e da riqueza no país e, sobretudo, de sua visibilidade.

Palavras-chave: Semiótica; procedimentos discursivos; pobreza e riqueza em revistas semanais.

■ **A** semiótica de que tratarei neste artigo é a semiótica discursiva francesa, que tão importantes desenvolvimentos tem tido no Brasil. A semiótica discursiva francesa procura construir os sentidos dos textos a partir de estratégias, de procedimentos discursivos que produzem esses sentidos e a partir dos diálogos que os textos mantêm com outros textos.

Começaremos com a palavra “rumo” ou “rumos”, no plural. No *Dicionário Houaiss*, um dos sentidos encontrados, o de “percurso, orientação a seguir para ir de um lugar a outro, caminho, vereda, itinerário, rota”, é o que predomina em “rumos da semiótica”. Podem-se observar nessa definição vários elementos da semiótica greimasiana:

- na concepção geral da teoria, o termo “percurso”, da definição de “rumo”, aparece como percurso de geração, de engendramento da significação, ou

* Doutora, livre-docente e professora titular da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e da Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora do curso de pós-graduação em Letras da UPM.

seja, traz as idéias de que a significação se constrói em etapas, mas sobretudo em movimento, em transformação, de que o objeto da semiótica são os processos da significação, em lugar dos sistemas de signos da semiologia, e, ainda, de que a semiótica é um projeto teórico em construção;

- no nível tensivo mais fundamental, a definição de “rumo” aponta a organização de uma extensão inteligível, rompida e tornada passionalmente intensa;
- narrativamente, as duas noções de base estão previstas na concepção de “rumo”, a de transformação de estados e a de intencionalidade ou direcionalidade;
- discursivamente, há, na definição de “rumo”, uma projeção do espaço, explicitado como:

1. deslocamento espacial;
2. programação espacial (rota, itinerário);
3. localização espacial, tanto do lugar de chegada (nunca atingido) quanto do “percurso” todo, do “caminho”;

e, de forma implícita, do tempo e dos atores, sendo que, nesses casos, rumo é:

1. mudança temporal e actorial (passagem do tempo e mudança de estado dos atores);
2. programação temporal (na cronologia) e
3. localização no tempo e de estados dos atores.

Espaço, tempo e atores são aspectualizados na concepção de “rumo”: em primeiro lugar, são eles caracterizados pela extensão, do ator na justa medida, do espaço sem limites (percurso, itinerário, caminho), do tempo durativo, e concebidos, assim, de forma mais objetiva, pragmática, inteligível; em segundo lugar, o espaço, o tempo e os atores extensos são apreendidos pela intensão, que rompe a extensão e instala um espaço, um tempo e um ator mais subjetivos, sensoriais e passionais. É, no segundo caso, o espaço delimitado da chegada (rota, orientação, itinerário), o tempo pontual que rompe a direção do percurso, o ator excessivo ou insuficiente, que vive sensorial e passionalmente, por excesso ou por falta, o espaço e o tempo de chegada.

O tema do movimento direcionado e com previsão de chegada é figurativizado sobretudo pelo espaço, mas também pelo tempo e pelos atores, e, de alguma forma, dialoga em conformidade com outros textos: os do progresso, os da história, os do desenvolvimento e, até, os da modernização, e opõe-se àqueles que tratam dos movimentos sem direção, sem rumo, sem história.

Cabe-nos agora mostrar alguns dos “rumos”, assim concebidos, da semiótica discursiva francesa, e o faremos de duas formas: no que diz respeito tanto aos “rumos” da teoria e da metodologia quanto aos dos objetos e finalidades da análise.

RUMOS DA TEORIA E DA METODOLOGIA

A nosso ver, a semiótica discursiva francesa tem *mantido o rumo*: apresentada como uma teoria que leva à construção dos sentidos do texto – ou seja,

daquilo que o texto diz – e dos procedimentos para que ele diga o que diz, caracterizada como uma teoria que procura dar conta dos processos de significação e dos mecanismos de construção dos sentidos, a semiótica tem seguido o caminho proposto. Para tanto, a teoria tem sofrido alterações, mudanças, desenvolvimentos, pois é uma teoria que deve ser concebida, assim já propunha Greimas, como uma atividade de construção ou, melhor ainda, como um projeto coletivo de construção teórica. Refazendo-se, retificando-se, consertando-se, modificando-se, desenvolvendo-se, assim é preciso pensar a semiótica, pois essa é a única forma de manter-se o “rumo”.

Nos primeiros momentos, o desenvolvimento da semiótica deu-se principalmente pela recuperação de questões teóricas e de objetos de análise que, de início, foram postos de lado: as da enunciação, as da oralidade, as da expressão (as marcas da enunciação, da oralidade e da expressão sofreram então uma espécie de “limpeza”, de apagamento). Com os desenvolvimentos teóricos que trouxeram para o campo da semiótica essas novas preocupações e reflexões, pôde ela conservar seu rumo na construção dos sentidos do texto.

Nos últimos anos, os desenvolvimentos da teoria aconteceram sobretudo nos pontos extremos do percurso da geração da significação, isto é, nas estruturas fundamentais e nas discursivas, ou mesmo fora dele, no seu além e no seu aquém:

1. dando continuidade aos acrescentamentos mencionados, da enunciação e das marcas de fala, desenvolveu-se uma semiótica da enunciação, no nível mais superficial do discurso e até mesmo além dele, com estudos:
 - sobre as projeções e organização das pessoas, do tempo e do espaço dos discursos;
 - sobre a estrutura narratológica da enunciação, com as questões de comunicação e interação, e dos níveis enunciativos (enunciador/enunciatório, narrador/narratório, interlocutor/interlocutário), tão necessárias para o exame, por exemplo, dos discursos temáticos e das estruturas argumentativas;
 - sobre o ator da enunciação e, em decorrência, sobre as concepções de *ethos* do enunciador e de estilo.

São três direções de pesquisa muito produtivas atualmente, com bons resultados. Esses estudos enunciativos põem em diálogo a semiótica com a retórica e a estilística, com os estudos da comunicação, da interação e da conversação, com os estudos bakhtinianos, entre eles os de gênero discursivo.

2. no nível mais profundo do percurso e no das chamadas precondições da significação (no aquém do discurso), os desenvolvimentos da semiótica tensiva levaram a uma revisão das estruturas de partida do percurso e de suas precondições, que sofrem determinação tensivo-fórica (ou seja, as precondições são simulacros explicativos para resolver algumas das dificuldades da sensibilização discursiva); nos outros níveis, os estudos da tensividade conduziram ao exame:
 - da sensibilização passional dos discursos;
 - das modulações e actualizações;

- da estesia (em que há a “retomada da tensividade” fórica indiferenciada, anterior à discretização, como se houvesse uma espécie de saudade ou de nostalgia do contínuo, da fusão, do “antes” da cisão);
- e, sobretudo, das estruturas perceptivas cognitivas e sensoriais dos discursos.

São bons avanços, para a conservação do rumo, e que puseram a semiótica para dialogar com os estudos da percepção, com as teorias cognitivas e, também, com as de preocupação estética e corporal.

3. no nível textual, fora, portanto, do percurso de geração da significação, os estudos do plano da expressão têm sido significativos sobretudo em três direções:
- o da expressão de textos não-verbais, cuja organização foi sempre menos examinada que a dos verbais;
 - o do sincretismo da expressão (textos audiovisuais, visuais e verbais etc.);
 - o dos semi-simbolismos e dos simbolismos, na relação entre expressão e conteúdo, e que têm papel de destaque no exame da novidade e da este-reotipia cultural dos discursos.

A rota orientada dos estudos semióticos adquire nitidez com o exame do plano da expressão, e, nesse caso, mantém diálogo com os estudos sobre a arte em geral, aí incluindo a literatura, e com a estética.

Não mencionamos até agora o nível narrativo. Não o fizemos porque, sem dúvida, por razões históricas do desenvolvimento da teoria semiótica e por razões também epistemológicas, a etapa narrativa é, hoje, a mais bem explorada, aquela sobre a qual “sabemos mais”, e de cujo conhecimento tem-se maior consenso entre os semioticistas. Criou-se uma aparência de coisa pronta, definitiva e acabada, mas, aprendemos na semiótica que é preciso não ter tantas certezas, que é preciso desconfiar, para que o rumo possa ser mantido e não interrompido.

Os estudos sobre a organização narrativa dos textos sofreram vários “saltos” que conservaram a teoria no caminho. Deles tratamos no texto sobre sintaxe narrativa, publicado em livro de homenagem a Greimas (BARROS, 1995). Apon-tei quatro saltos principais:

- o da função proppiana ao enunciado narrativo (e a uma primeira concepção de sintaxe narrativa como sintaxe da ação);
- o da *performance* do sujeito à sua competência modal, ou da ação à manipulação, em que a sintaxe narrativa passou a ser concebida como uma sintaxe modal;
- o da modalização do fazer à modalização do ser, que permitiu o desenvolvimento dos estudos sobre as relações intersubjetivas e foi o primeiro passo para o exame das paixões;
- o da modalização do ser às paixões, em que se somaram os estudos da modalização com os da tensividade, já mencionados, para o exame dos “estados de alma”, em três etapas: a da modalização, a da sensibilização e a da moralização.

Atualmente, as mudanças mais significativas no âmbito dos estudos do nível narrativo, em que, como dissemos, tudo parecia pronto e resolvido, são as que vêm sendo desenvolvidas por Eric Landowski (2005a e 2005b). Landowski propõe quatro regimes de interação: a programação, a manipulação, o ajustamento e o acaso. Se os dois primeiros já eram tratados na semiótica, sofreram, nas propostas do semioticista, algumas alterações e especificações, e uma das mais interessantes, a nosso ver, é a relação estabelecida entre a programação e o papel temático (como um programa de comportamentos socialmente determinados). O grande desenvolvimento, porém, nesses estudos, é o do regime de ajustamento, até então tratado na semiótica sem distinção clara. Estabeleceu-se assim a distinção entre a união e a junção, e entendeu-se a união no quadro do contágio de sensibilidades (e não de persuasão), de relação corporal e estética. A programação e a manipulação participam do regime de junção, e o ajustamento, do da união.

Segue-se o caminho, com novos diálogos com os estudos sobre a interação, no caso de risco, pois sempre se pode passar da manipulação à programação, em que tudo está regulamentado, ou do ajustamento ao acidente, isto é, ao acaso imprevisível.

Apontados os principais desenvolvimentos teóricos da semiótica discursiva francesa na atualidade, passemos aos “rumos dos objetos e às finalidades da semiótica”.

RUMOS DOS OBJETOS E FINALIDADES DA SEMIÓTICA

A manutenção do “rumo” pelas retomadas, recuperações e desenvolvimentos acarreta também mudanças de objeto, de extensão de aplicação da teoria: da análise inicial de um certo tipo de texto – verbal, de “ação”, figurativo e da “pequena literatura” (folclore etc.) – passou-se a textos não-verbais, sincréticos, figurativos ou temáticos, poéticos (de arte, em geral), científicos, canções etc., enfim, a qualquer tipo de texto.

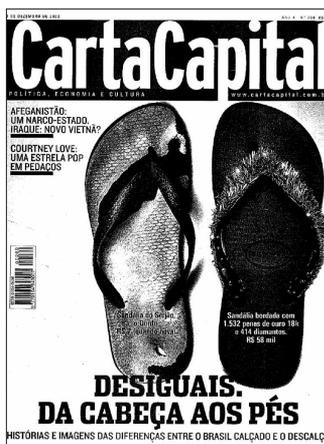
Insistimos sempre em que os estudos da linguagem têm por fim último saber mais sobre o homem. Por isso mesmo, dois tipos mais gerais de estudos têm-se desenvolvido: os que pensam o homem como ser biológico, e os que o vêem como ser social. De um lado, temos, portanto, os estudos que se preocupam com a linguagem como uma disciplina biológica e que, em última instância, levam às especificidades do homem, ao que lhe é próprio, às suas características definidoras, biologicamente e cognitivamente, em relação aos outros seres vivos. Do outro lado, estão os estudos que se ocupam da língua em uso e, portanto, em estreita relação com a história, a sociedade, a cultura. São, portanto, pontos de vista diferentes sobre o homem e sua linguagem e que produziram teorias e métodos diferentes de exame da linguagem, de sua descrição e explicação. Quem sabe se chegue, em algum momento, ao desenvolvimento de propostas que pensem a linguagem nas duas perspectivas e que, num mesmo quadro teórico, examinem ambas as questões. Os estudos do texto e do discurso, tão diversos, foram sempre considerados como pertencentes à segunda perspectiva, à da língua em uso.

Atualmente, porém, com os desenvolvimentos da semiótica tensiva, que dialogam mais fortemente com os estudos cognitivos, a semiótica francesa pode, quem sabe, ser colocada nas duas perspectivas: de um lado, estão os estudos

mais preocupados com as estruturas cognitivas e perceptivas do homem; de outro, os estudos mais voltados para o homem na sociedade e na cultura. É possível, dessa forma, que a semiótica francesa venha a ser o quadro teórico em que se examinem as duas questões complementares, desde que o diálogo entre elas se torne mais efetivo. Com isso, firmar-se-ia a direção, manter-se-ia o rumo do projeto coletivo em construção.

Poderíamos assim estabelecer dois grandes objetivos para os estudos semióticos: o de contribuir para o conhecimento da linguagem, por meio da língua e de seus discursos e, pela linguagem, do homem, ou seja, para o conhecimento discursivo das estruturas cognitivas do homem e do homem como ser social e cultural (no nosso caso, para que se conheça melhor a sociedade brasileira); e o de concorrer para o desenvolvimento teórico e metodológico da própria disciplina.

Para concluir, apresenta-se, de forma muito simplificada, uma análise na última perspectiva, a de se saber mais sobre o homem como ser social. Trata-se da análise de capas das revistas semanais *Veja* e *Carta Capital*, sobre o tema da miséria e da riqueza. São quatro capas: três da *Veja* (19.12.1990; 24.1.2001; 23.1.2002), e uma da *Carta Capital* (3.12.2003).



Cada texto – e as capas de revistas são textos – é o objeto com o qual o responsável por elas procura, como seu produtor e destinador, persuadir o destinatário instalado, isto é, levá-lo a acreditar nas “verdades” propostas e a fazer o que dele espera. Para isso, como foi dito anteriormente, são usadas diferentes estratégias discursivas. Serão aqui examinados alguns desses procedimentos, começando pelo patamar mais simples e abstrato da análise.

As capas escolhidas tratam, todas elas da oposição semântica:

POBREZA *versus* RIQUEZA

Os atores pobre e rico são aspectualizados, ou seja, determinados pela continuidade extensa ou pela descontinuidade intensa, como atores na justa medida ou como atores excessivos ou insuficientes. Nas capas, a relação com os bens é apresentada como insuficiente, na miséria, e como excessiva, na riqueza fora dos limites, no luxo. Tanto a pobreza quanto a riqueza/luxo, que estão fora da justa medida, são valorizadas negativamente nos textos. A justa medida é valorizada positivamente e é ela, portanto, que deve ser buscada. Na verdade, é negativa a visibilidade, tanto da miséria (“O cerco da periferia”, VEJA, 24.1.2001) que se mostra e se aproxima, quanto da extrema riqueza, que se ostenta. A justa medida seria, assim, veridictoriamente, do nível do segredo; ou seja, não parece, mas é: a pobreza distante e escondida, a riqueza que não se mostra.

Vejam-se os exemplos que seguem:

“A pobreza extrema de 23 milhões de brasileiros é uma tragédia que não pode mais ser ignorada” (VEJA, 23.1.2002);

“João Maria de Oliveira e sua família, sem casa e sem emprego” (VEJA, 19.12.1990);

“Sandália bordada com 1532 penas de ouro 18k e 414 diamantes. R\$ 58 mil” (CARTA CAPITAL, 3.12.2003).

A revista *Veja* tratou sobretudo da insuficiência da miséria, e a *Carta Capital*, do excesso de riqueza, do luxo, da ostentação: ambas determinadas negativamente nas capas.

Esses valores estão investidos em objetos com os quais os sujeitos se relacionam no nível narrativo. O nível narrativo simula as relações do homem com o mundo sobre o qual age e que transforma, e as relações do homem com outros homens, com os quais estabelece contratos, rompe compromissos e restabelece acordos.

Podemos examinar dois níveis narrativos:

- o das relações entre o produtor-destinador e o destinatário dos textos, ou seja, em que o produtor-destinador constrói um texto e procura levar o destinatário a acreditar no que propõe (na “sua verdade”) e a fazer o que dele espera;
- o das relações entre os sujeitos das histórias contadas no interior do texto, histórias de riqueza e de pobreza, de ricos e de pobres.

No primeiro nível, vimos já algumas estratégias, tais como a de aspectualização pelo excesso e pela insuficiência dos conteúdos de pobreza e riqueza, e a de valorização positiva e negativa desses valores, que constrói uma axiologia.

Em todos os textos examinados, repete-se uma espécie de narrativa-padrão: o país está cada vez mais miserável e é cada vez maior a distância entre os miseráveis e os muito ricos, o que significa que os contratos

- humanitários e morais;
- sociais (com as elites, com os empresários, com parcelas da sociedade, com os líderes comunitários, com a parte do Brasil que pensa, decide e influi);
- governamentais (com o governo)

não estão sendo cumpridos.

Exemplos podem ser encontrados em:

- “Nunca houve tanta gente morando na rua” (VEJA, 19.12.1990).
- “Miséria. O grande desafio do Brasil” (VEJA, 23.1.2002).
- “O cerco da periferia” (VEJA, 24.1.2001).
- “Desiguais da cabeça aos pés. Histórias e imagens das diferenças entre o Brasil calçado e o descalço” (CARTA CAPITAL, 3.12.2003).

Dessa ruptura de contratos decorre a sanção negativa sobre o modo de ser e agir da sociedade e das autoridades.

Para convencer o destinatário de que o problema da visibilidade da miséria e da riqueza extrema é sério, é grande, são usadas nas reportagens de capa sobretudo três estratégias discursivas:

- citações de intelectuais que confirmam o tamanho do problema, mas não apresentam soluções;
- comparação com o que acontecia antes no Brasil e com o que ocorre hoje nos Estados Unidos: antes, no Brasil, ou agora, nos Estados Unidos, a miséria atingia ou atinge o trabalhador que vai para a rua e se torna mendigo ou alcoolista, ou seja, que não quer mais trabalhar e vive de esmola, enquanto hoje, no Brasil, os miseráveis são os desempregados, os agricultores sem roça, os aposentados e, *sobretudo*, os *trabalhadores sem salário* (“nunca houve tanta gente morando na rua” – VEJA, 19.12.1990);
- fotografias e nomes próprios dos “miseráveis” (VEJA, 19.12.1990).

Isso significa que, no primeiro caso (antes, no Brasil, e hoje, nos Estados Unidos), moravam ou moram na rua os que não queriam ou não querem cumprir o contrato social; hoje, no Brasil, são os que cumprem o contrato, mas não têm a contrapartida do governo e da sociedade.

As revistas insistem, então, em que é preciso fazer alguma coisa, ou melhor, que esses sujeitos – governo, sociedade –, que não cumpriram seus acordos, devem fazer algo: “Miséria. O grande desafio do Brasil. A pobreza extrema de 23 milhões de brasileiros não pode mais ser ignorada” (VEJA, 23.1.2002); “O cerco da periferia” (VEJA, 24.1.2001).

Ao mesmo tempo, porém, os textos acabam por dizer que a miséria é inevitável, que não há esperança em razão:

- da história, ou seja, da perpetuação de contratos não cumpridos, que vêm de antes do ex-presidente Fernando Collor de Melo e de seu plano econômico, do modelo concentrador da constituição de 1988, e assim por diante, dizem as reportagens;
- do governo, que é demagógico e desperdiça dinheiro público (VEJA, 24.1.2001);
- da sociedade e da selvageria social.

Mostrada a seriedade do problema, e apesar de ele ser considerado inevitável, as capas usam argumentos de três ordens para convencer o destinatário de que é necessário fazer alguma coisa:

- um ético (e passional), em que se opõem a crueldade da miséria, o constrangimento moral e o moralmente inaceitável

versus

a piedade, a religiosidade;

- um estético:
com as questões do incômodo estético, causado pela visibilidade da miséria e da riqueza extrema e ostensiva;
- um socioeconômico:
com as perdas econômicas e, principalmente, com o *medo* da explosão social (“Os bairros de classe média estão sendo espremidos por um cinturão de pobreza e criminalidade que cresce seis vezes mais que a região central das metrópoles brasileiras” – VEJA, 24.1.2001).

Para o argumento ético, são usadas, sobretudo, as histórias dos horrores da miséria (perda da dignidade etc.) e, especialmente, as crianças, que não podem ser culpadas da situação, e a desnutrição infantil. Duas das quatro capas têm imagens de crianças. O efeito passional é o da piedade.

Em relação ao estético, aparecem as questões sensoriais de que a miséria está cada vez mais visível... e mais feia (sandálias usadas, barracos da periferia, desnutrição etc.).

O terceiro argumento, o socioeconômico, é apresentado com estratégias racionais e passionais:

- menor competitividade social, mercado interno menor, trânsito ruim, tempo perdido, tudo isso com o emprego de muitos dados numéricos e tabelas;
- efeitos de realidade e credibilidade, confiabilidade (nomes próprios e imagens dos miseráveis, preços das sandálias, imagens das cidades etc.);
- o medo da explosão social (luta de classes).

A estratégia passional do medo desenvolve-se, em especial, na *Veja* de 24.1.2001 (“O cerco da periferia”), com figuras predominantemente espaciais e muitas delas valorizadas negativamente:

- cerco/espremidos/cinturão;
- centro, metrópole *versus* periferia;
- classe média *versus* cinturão de pobreza e criminalidade;
- baixo *versus* alto;
- explosão, estouro.

Em outras palavras, a capa diz, especialmente, que a classe média está “espremidada”, “apertada”, “cercada” pelos “miseráveis”.

Há também uma leitura de luta, de guerra com os termos “cerco”, “bomba”, “explosão”. Daí o efeito passional de *medo*. Se, em relação às questões éticas, o efeito afetivo era de piedade; nas estéticas, de incômodo; quanto às questões socioeconômicas da luta de classes (e em revista que tem afirmado que a luta de classes acabou ou é uma invenção da esquerda), a paixão é a do *medo*. Lotman (1981), em texto sobre o medo e a vergonha, mostra, na esteira de Lévi-Strauss, que essas paixões determinam as relações sociais: a *vergonha* gerencia as relações entre iguais, e o *medo*, entre os desiguais, os diferentes.

Nas capas, desenvolve-se, assim, o tema da desigualdade e da diferença, e do medo decorrente, como reguladores da sociedade. A VEJA insiste em que é preciso fazer algo também, ou, sobretudo, para proteger a “sociedade” (a dos iguais) dos miseráveis (os diferentes) que a ameaçam. Segundo o texto, se a miséria está relacionada com a crueldade e a feiúra, que incomodam a “classe média alta e a elite” e lhe causam piedade, está ela também ligada a perdas socioeconômicas e de qualidade de vida das mesmas classe média alta e elite, e causam-lhes insegurança e medo.

Em síntese, os textos acentuam a relação entre miséria e vida de duas formas: a perda da vida é uma das conseqüências da miséria para os miseráveis, mas também para os muitos ricos, que vivem no temor da explosão social (invasões, assaltos, seqüestros, assassinatos). Se os muito ricos aparecem com sujeitos satisfeitos e confiantes, começam, porém (ou deveriam começar), a ter medo.

Isso acontece porque os miseráveis, desprovidos de tudo, com contratos rompidos fazem o percurso passional que segue:

confiança, crença, esperança → decepção, frustração → desespero, aflição.

O desespero e a aflição decorrem da falta de valores e de confiança, e podem levar às paixões malevolentes do ódio, da raiva, da cólera, ou seja, de querer fazer mal aos que colocaram os miseráveis nesse estado de falta e de desespero. Esses miseráveis começam assim o percurso da vingança contra aqueles que disputaram com eles os valores e deles o privaram (os ricos) – casa, comida, lazer, dignidade – e da revolta contra os destinatadores que não cumpriram sua parte no acordo social (o governo, a sociedade).

Em relação à ostentação, à visibilidade do excesso de riqueza, os argumentos são também éticos, estéticos e racionais. Os argumentos éticos são os de

que as classes privilegiadas devem ser sensíveis e piedosas, o que não acontece com os que ostentam riqueza. Esteticamente, a ostentação é “brega”, “cafona”, tal como a sandália havaiana de ouro e diamantes (CARTA CAPITAL, 3.12.2003). Finalmente, no nível do inteligível, as camadas médias e a elite não podem ignorar os riscos da explosão social que a visibilidade da riqueza excessiva ajuda a provocar.

A *Veja* alerta para o problema da explosão social (não fala em luta de classes) e critica a “insanidade”, o “desconhecimento” da elite e do governo que não o querem ver: “A miséria não pode mais ser ignorada” (24.1.2001). Acentua os argumentos racionais e éticos.

A *Carta Capital* ironiza os muitos ricos, que não vêem o que, para eles, é visível, mas banal. Ressalta assim as questões estéticas e racionais.

Os temas desenvolvidos nos textos analisados são, portanto:

- o da visibilidade da miséria e da riqueza excessiva;
- o do crescimento da miséria;
- o de seu caráter inevitável;
- o da desigualdade social;
- o da explosão social.

A questão da desigualdade é tratada essencialmente entre os miseráveis e os muitos ricos (o que poupa o leitor das revistas, em geral de classe média). O leitor das revistas é assim construído como sensível e ético (sente piedade pelos pobres, e critica a ostentação, com um padrão de beleza que considera a miséria feia e a ostentação “brega”) e que sabe que deve temer a explosão social.

A ostentação do luxo se contrapõe à privação da miséria, embora, dizem as capas, os ricos estejam (ou devam estar) com medo de “ostentar”; e os miseráveis, ao contrário, se tornem cada vez mais “visíveis” e próximos.

As capas das revistas tratam dessas questões com estratégias diversas, algumas das quais aqui apontadas, e mostram um discurso nem sempre muito claro sobre a miséria que, próxima e visível, incomoda e causa medo, e que, por ser inevitável, só tem como solução o afastamento, a invisibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha intenção neste artigo foi mostrar que a semiótica discursiva francesa manteve o rumo que lhe foi apontado em seu início, desde que se entenda rumo, tal como anteriormente concebido, pela extensão espacial, temporal e actorial do rumo objetivo, pragmático, regulamentado, definido pela rota, pela orientação, pela direcionalidade do percurso, e, ao mesmo tempo, pela intensidade da chegada prevista e estabelecida, embora, nunca alcançada, do rumo subjetivo e passional. É dessa forma que a semiótica precisa manter o rumo: alterando-se, desenvolvendo-se, retomando-se. A mudança de rumo, que não seja para mantê-lo, cria outra teoria, outro paradigma, com outros objetos e métodos.

Resta dizer que o dicionário aponta como primeiras acepções de rumo os espaços em que se divide a rosa-dos-ventos e, portanto, a da direção na navegação. Essa relação com a navegação e o mar teria origem na etimologia do espanhol *rumbo* – encantamento, fama, prestígio, ostentação, pompa –, pois os espaços da

rosa-dos-ventos dividiriam o horizonte e teriam uma figura (fuso) de bronze usada nos encantamentos.

Rumos mágicos, rumos míticos, rumos da ciência, ou de projetos de ciência, rumos da semiótica, rumos da sociedade. Os trabalhos reunidos no dossiê de semiótica deste número da revista *Todas as Letras* tomam algumas dessas direções.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Sintaxe narrativa. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia de; LANDOWSKI, Eric. *Do inteligível ao sensível*. São Paulo: Educ, 1995. p. 81-98.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 1996.
- GREIMAS, A. J.; COURTÈS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, [s. d.].
- GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões*. São Paulo: Ática, 1993.
- LANDOWSKI, Eric. Aquém ou além das estratégias, a presença contagiosa. *Documentos de Estudo do Centro de Pesquisas Sociosemióticas – 3*, São Paulo: Edições CPS, 2005a.
- _____. Les interactions risquée 101, 102, 103, Limogés, PULIM, 2005b. (*Nouveaux Actes Sémiotiques*).
- LOTMAN, Iuri M. Semiótica dos conceitos de “vergonha” e “medo”. In: LOTMAN, I. M. et al. *Ensaio de semiótica soviética*. Lisboa: Horizonte, 1981. p. 237-240.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Trends in semiotics. *Todas as Letras* (São Paulo), volume 9, n. 1, p. 12-23, 2007.

Abstract: *This paper aims at presenting some of the paths of French discursive semiotics — in relation to both theory and methodology and objects and purposes of semiotic studies — in order to demonstrate that although French discursive semiotics has been suffering changes, it has maintained its focus. Brazilian weekly magazine covers will be analyzed under the perspectives of visibility and of the treatment of the question of poverty and richness in Brazil*

Keywords: *Semiotics; weekly magazine covers; poverty and richness in Brazil.*